

Hora de soltar as amarras

Mesmo considerado isoladamente, o fato de a inflação brasileira poder ficar, como estão apontando todos os índices apurados no Brasil, abaixo de 1% em setembro, sem tabelamento e congelamentos, já merece ser comemorado.

Mas os últimos dados conhecidos sobre o comportamento dos preços na economia nacional — deflação na primeira prévia de setembro do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e alta de apenas 0,93% do IPC da Fipe na primeira quadrissemana deste mês — são muito mais auspiciosos, pois embutem dois aspectos altamente positivos do ponto de vista da condução da política econômica daqui para a frente.

O primeiro aspecto a ressaltar é que eles demonstram que o governo readquiriu toda a sua capacidade de fazer política econômica, o que ele havia perdido há muito tempo, muito antes do Plano Cruzado. E fazer política econômica de forma positiva, usando os instrumentos clássicos e o jogo de mercado, sem apelar para os efeitos especiais utilizados nos outros planos de estabilização que antecederam o Real. A economia brasileira está hoje totalmente submetida ao mercado, e reage de acordo com os estímulos que recebe ou que deixa de receber pela ação do governo.

O excesso de consumo no final do ano passado e no início deste ano, por exemplo, começou a puxar os preços para cima depois que a capacidade de produção da indústria brasileira chegou a seu limite e o governo foi obrigado a segurar um pouco as importações por conta dos problemas criados pela crise financeira do México. O governo contra-atacou com juros altos e contenção de crédito, um arrocho pesado mas necessário. Os efeitos foram evidentes: estímulos começaram a ser desovados, liquidações e promoções de todos os tipos foram armadas, até o setor de serviços, à mingua de fregueses, foi obrigado a manear nos reajustes.

E a inflação, que havia batido nos 3,72% em julho

pelo índice da Fipe, caiu verticalmente para 1,43% em agosto e já está em 0,93% agora, podendo chegar a 0,5% no final do mês. Em outros tempos, o governo subia e descia os juros e a inflação só fazia um movimento: para cima.

O outro aspecto positivo é que esses dados demonstram que a inflação está praticamente domada no Brasil apenas 14 meses após o lançamento do Plano Real, contra a previsão de todos os economistas de que ela poderia demorar de dois a três anos para chegar ao nível em que está hoje. A não ser que sobrevenha uma catástrofe, interna ou externa, que o governo erre na mão na aplicação dos instrumentos de política econômica ou que os gastos públicos, que estão hoje em precaríssimo equilíbrio, saiam outra vez do controle, não há riscos de a inflação voltar a subir desmesuradamente nos próximos meses.

As variações nos índices de preços, para baixo ou para cima, serão mínimas. O governo cumpriu sua parte e o presidente Fernando Henrique tem razão ao afirmar: "Tenho orgulho de poder dizer que nós devolvemos ao País a dignidade de ter uma moeda". Cabe agora ao Congresso consolidar essa vitória contra a inflação aprovando as reformas estruturais necessárias para que a economia possa crescer de forma acelerada e sustentada. Mas, até lá, o governo tem condições para atender ao apelo das entidades empresariais e sindicais que, reunidas em São Paulo, pediam medidas na área de juros e de crédito para reativar os setores da economia que mais sofreram os efeitos da política antiinflacionária. O custo da vitória sobre a inflação descontrolada já está pesado demais em termos de queda na atividade das empresas e desemprego.

Está na hora de o governo ser mais ousado na tarefa de soltar as amarras que impôs à economia a fim de evitar um desequilíbrio perigoso entre oferta e demanda de bens de consumo.